

Concessionária do Bloco Central S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021
e relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Central, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

1.2. Destaques

Em 24 de novembro de 2021, se deu início à Fase I-A e Fase I-B simultaneamente. A Fase I-A teve como objetivo a transferência das operações dos aeroportos pela antiga operadora, INFRAERO, para a Companhia e se findou em março de 2022, com a assunção das operações. Já a Fase I-B tem como objetivo a ampliação e adequação dos Aeroportos pela Companhia para atendimento às especificações mínimas da infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), sendo que seu prazo final se dará em 24 de novembro de 2024.

Em 2022, a Companhia atingiu a marca de 53 rotas domésticas em seus aeroportos dos Blocos Central. O tráfego de passageiros pagos apresentou recuperação de 92% frente a 2019, totalizando 6,5 milhões de passageiros pagos, enquanto o segmento de cargas apresentou recuperação de 29% na volumetria de importações e exportações no mesmo período.

No que tange a ampliação da oferta de serviços em seus aeroportos, foram celebrados 25 novos contratos de alimentação e 3 novos contratos de varejo, dos quais 15 operações foram inauguradas ainda em 2022. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas ao longo do ano, destacam-se:

- Celebração contrato para a exploração de publicidade em todos os aeroportos, aumentando a digitalização e mobilização dos mobiliários de mídia;
- Celebração de novo contrato para disponibilização de *Wi-Fi* gratuito e ilimitado, e ampliação da velocidade de conexão em 10 vezes em todos os aeroportos;
- Assinatura de contratos para exploração de 4 salas VIP, sendo 3 novas salas;
- Assinatura de contrato para exploração de estacionamentos em diversos aeroportos;
- Assinatura de contrato de DAS (*Distributed Antenna System*) para todos os aeroportos;
- Assinatura de novos contratos de locadoras de veículos;
- Renovação dos contratos de abastecimento de combustível em Palmas (PMW) e Petrolina (PNZ);
- Inauguração em Goiânia (GYN) do túnel em LED;
- Expansão da ação das agências de turismo através da ampliação da área em Teresina (THE) e inclusão de Palmas (PMW), Imperatriz (IMP) e São Luís (SLZ); e
- Renovação do contrato com as casas de câmbio em Goiânia (GYN).

1.3. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente e um diretor sem designação específica. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

1.4. Gestão de Pessoas

A Companhia vinculada ao seu planejamento estratégico tem o colaborar no centro de sua gestão atuando como um dos principais *stakeholders*.

Em dezembro de 2022, a Companhia conta com 328 colaboradores efetivos e o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da Divisão Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos.

Além disso, a empresa prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2022 implementou diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade.

1.5. Partes Relacionadas

De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado.

1.6. Dívida

Em setembro de 2021, foi realizada a primeira emissão de Debênture no valor de R\$ 600.000, com remuneração de CDI + 1,7% a.a., a captação teve como intuito complementar os recursos em caixa para pagamento da outorga e deverá ser liquidado (juros + principal) no seu vencimento em março de 2024.

Em março de 2022, foi realizada a segunda emissão de Debêntures no valor de R\$ 71.000 com remuneração de CDI + 1,6% a.a., a captação teve como destinação de recursos a realização de investimentos e deverá ser liquidado (juros + principal) no seu vencimento em abril de 2024.

1.7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

1.8. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 30 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Bloco Central S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3 (h), 3 (o) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 26.972 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.– Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Central S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	110.934	46.922	Fornecedores	13	16.929	3.992
Aplicações financeiras	6	13.226	24.892	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	15.736	888
Contas a receber	7	31.725	-	Impostos e contribuições a recolher		3.964	113
Contas a receber - partes relacionadas	9	95	99	Obrigações sociais e trabalhistas	14	13.206	2.576
Tributos a recuperar		3.042	1.439	Passivo de arrendamento	12b	31	-
Despesas antecipadas		4.139	4.112	Outras contas a pagar		2.473	-
Estoque		3.023	-				
Outros créditos		118	2	Total do passivo circulante		52.339	7.569
Total do ativo circulante		166.302	77.466				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	15	779.443	612.275
IR e CS diferidos	8b	33.968	3.698	Obrigações sociais e trabalhistas	14	411	202
		33.968	3.698	Passivo de arrendamento	12b	111	-
				Fornecedores	13	63	-
				Outras contas a pagar		587	-
				Total do passivo não circulante		780.615	612.477
Imobilizado	10	9.481	1.015				
Intangível	11	809.179	809.659	Patrimônio líquido			
Infraestrutura em construção	11	27.716	744	Capital social	16a	280.010	280.010
Direito de uso de arrendamento	12a	136	-	Prejuízos acumulados		(66.182)	(7.474)
Total do ativo não circulante		880.480	815.116	Total do patrimônio líquido		213.828	272.536
Total do ativo		1.046.782	892.582	Total do passivo e patrimônio líquido		1.046.782	892.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações de resultados

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional	17	188.421	745
Custo dos serviços prestados			
Serviços		(53.438)	(239)
Custo com pessoal		(40.044)	(891)
Custo de construção		(24.570)	(745)
Depreciação e amortização	10, 11, 12a	(9.446)	-
Seguros		(4.606)	(597)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.691)	-
Operação assistida		530	529
Outros		(9.514)	(244)
		<u>(148.779)</u>	<u>(2.187)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>39.642</u>	<u>(1.442)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(6.559)	(184)
Despesas com pessoal		(10.851)	(383)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(13.366)	-
Gastos com viagens e estadias		(2.685)	(201)
Materiais, equipamentos e veículos		(437)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.224)	(36)
		<u>(36.122)</u>	<u>(804)</u>
Resultado antes do resultado financeiro	18	3.520	(2.246)
Resultado financeiro		<u>(92.498)</u>	<u>(8.926)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(88.978)</u>	<u>(11.172)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8b	<u>30.270</u>	<u>3.698</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(58.708)</u>	<u>(7.474)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(58.708)	(7.474)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(58.708)</u>	<u>(7.474)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstração da mutações do patrimônio líquido
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		
Constituição em 20 de maio de 2021	10	(10)	-	-
Aumento de capital em 19 de julho de 2021	935.695	(935.695)	-	-
Integralização de capital em 23 de julho de 2021	-	132.615	-	132.615
Integralização de capital em 20 de agosto de 2021	-	10	-	10
Integralização de capital em 25 de outubro de 2021	-	147.385	-	147.385
Prejuízo do exercício	-	-	(7.474)	(7.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	935.705	(655.695)	(7.474)	272.536
Prejuízo do exercício	-	-	(58.708)	(58.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	935.705	(655.695)	(66.182)	213.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(58.708)	(7.474)
Ajustes por:		
Imposto renda e contribuição social diferidos	(30.270)	(3.698)
Depreciação e amortização	9.414	-
Depreciação - direito de uso de arrendamento	32	-
Reversão do ajuste a valor presente de arrendamento	14	-
Juros sobre debêntures	96.778	-
Capitalização de custo de debêntures	(1.555)	14.806
Constituição de provisão para devedores duvidosos	13.366	-
Comissão de fianças partes relacionadas	11.369	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(272)	5
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.793)	(5.987)
	<u>35.375</u>	<u>(2.348)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(45.091)	-
Contas a receber - partes relacionadas	4	(99)
Tributos a recuperar	(1.603)	(1.439)
Despesas antecipadas e outros créditos	(3.166)	(4.114)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	12.267	3.987
Fornecedores - partes relacionadas	3.479	888
Impostos e contribuições a recolher	3.851	171
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-	(58)
Obrigações sociais e trabalhistas	10.839	2.778
Outras contas a pagar	3.060	-
	<u>19.015</u>	<u>(234)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>19.015</u>	<u>(234)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.105)	(1.015)
Aquisição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	(33.707)	(810.403)
Aplicações financeiras liquidas de resgate	16.459	(18.905)
	<u>(25.353)</u>	<u>(830.323)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(25.353)</u>	<u>(830.323)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações (líquidas de custos de transação)	70.390	597.469
Arrendamento		
Pagamento	(40)	-
Integralização de capital	-	280.010
	<u>70.350</u>	<u>877.479</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>70.350</u>	<u>877.479</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>64.012</u>	<u>46.922</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	46.922	-
No final do exercício	110.934	46.922
	<u>64.012</u>	<u>46.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Bloco Central S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e, em 31 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI.

Em maio de 2022, a Companhia submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes.

Em agosto de 2022, a Companhia concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet *wi-fi* gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em novembro de 2022, a Companhia apresentou às partes interessadas relevantes e à ANAC o seu Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI), contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 30 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização de ativos intangíveis
- 19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Estoque

Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre debênture, cambiais sobre passivos financeiros e recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao Poder Concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

p) Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “direito de uso em arrendamento” e passivos de arrendamento em “arrendamento” no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

• **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

r) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 13 e 19.

c) Risco de taxas de câmbio

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Debêntures (a)	-	928.630	-
Fornecedores	16.929	-	63
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	15.736	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	10	20
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	110.924	46.902
Total - Caixa e equivalente de caixa	<u>110.934</u>	<u>46.922</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	13.226	24.892
Total - Aplicações financeiras	<u>13.226</u>	<u>24.892</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,73% do CDI, equivalente a 12,77% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (100,88% do CDI, equivalente a 4,43% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. **Contas a receber**

	<u>2022</u>
Circulante	
Receitas tarifárias (a)	41.694
Receitas não tarifárias (b)	<u>3.397</u>
	45.091
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(13.366)</u>
	<u><u>31.725</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

Idade de vencimento do títulos

	<u>2022</u>
Créditos a vencer	26.038
Créditos vencidos até 60 dias	3.959
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1.728
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	10.287
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.079</u>
	<u><u>45.091</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (c) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(88.978)	(11.172)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	30.253	3.798
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(75)	(7)
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	92	(92)
Outros	-	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>30.270</u>	<u>3.698</u>
Impostos diferidos	<u>30.270</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,02%</u>	<u>33,10%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	2022			
		Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	3.812	23.256	27.068	27.068	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	216	2.098	2.314	2.314	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	4.544	4.544	4.544	-
Capitalização de juros	-	(529)	(529)	-	(529)
Pré-operacionalidade	379	660	1.039	1.039	-
Custo de transação de debêntures	(778)	137	(641)	-	(641)
Outros	69	104	173	173	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	3.698	30.270	33.968	35.138	(1.170)
Compensação de imposto	-	-	-	(1.170)	1.170
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>3.698</u>	<u>30.270</u>	<u>33.968</u>	<u>33.968</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reconhecido no resultado de 20/05/2021 a 31/12/2021	2021		
		Valor Líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal
			diferido	diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	3.812	3.812	3.812	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	216	216	216	-
Pré operacionalidade	379	379	379	-
Custo de transação de debêntures	(778)	(778)	-	(778)
Outros	69	69	69	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	3.698	3.698	4.476	(778)
Compensação de imposto	-	-	(778)	778
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	3.698	3.698	3.698	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2027	1.269
de 2028 em diante	<u>25.799</u>
	<u>27.068</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos							
	2022				2021			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo								
Aplicações financeiras	-	-	1	1	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	6	6	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	95	95	5	88	6	99
Passivo								
Contas a pagar	1.438	14.224	74	15.736	857	18	13	888

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Total
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	149	149	-	-
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	1.399	1.399	308	308
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	37	37	-	-
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	24	24	-	-
Custos / despesas - treinamento de pessoal	-	-	472	472	-	-
Custos / despesas - infraestrutura	-	-	240	240	-	-
Custos / despesas - viagens e estadias	-	486	-	486	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	11.369	-	11.369	-	-
Despesas financeiras	-	-	20	20	-	-
Imobilizado	-	-	42	42	376	376
Receitas aeroportuárias	-	-	2	2	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Receitas de locação de espaços	-	-	75	75	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	-	11.866	-	11.866	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	-	35	35	-	-

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da sua Controladora a Companhia de Participações em Concessões (“CPC”).

10. Ativo Imobilizado

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Imobilizações em andamento	1.015	8.466	9.481
Total custo	<u>1.015</u>	<u>8.466</u>	<u>9.481</u>
		<u>2021</u>	
		<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Imobilizações em andamento	1.015	1.015	
Total custo	<u>1.015</u>	<u>1.015</u>	
Total geral	<u>1.015</u>	<u>1.015</u>	

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 361 em 31 de dezembro de 2022. A taxa média de capitalização em 2022 foi de 10,76% a.a. (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

11. Intangível e infraestrutura em construção

		<u>2022</u>		
	Taxa média anual de amortização %	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		30.060	7.563	37.623
Direito de concessão (a)		778.338	-	778.338
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.261	1.371	2.632
Total do custo		<u>809.659</u>	<u>8.934</u>	<u>818.593</u>
Valor de amortização				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	-	(434)	(434)
Direito de concessão (a)	(*)	-	(8.980)	(8.980)
Total da amortização		<u>-</u>	<u>(9.414)</u>	<u>(9.414)</u>
Total intangível		<u>809.659</u>	<u>(480)</u>	<u>809.179</u>
Infraestrutura em construção		<u>744</u>	<u>26.972</u>	<u>27.716</u>

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	
	Adições	Saldo final
Valor de custo		
Direitos de exploração da Infraestrutura concedida	30.060	30.060
Direito de concessão	778.338	778.338
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	1.261	1.261
Total do custo	<u>809.659</u>	<u>809.659</u>
Total intangível	<u>809.659</u>	<u>809.659</u>
Infraestrutura em construção	<u>744</u>	<u>744</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico; e

(a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.194 em 31 de dezembro de 2022. A taxa média de capitalização em 2022 foi de 10,76% a.a. (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Arrendamento

a. Direito de uso de arrendamento

	2022	
	Adições	Saldo final
Valor de custo		
Máquinas e equipamentos	168	168
Total custo	<u>168</u>	<u>168</u>
Valor de depreciação		
Máquinas e equipamentos	(32)	(32)
Total de depreciação	<u>(32)</u>	<u>(32)</u>
Total geral	<u>136</u>	<u>136</u>

b. Passivo de arrendamento

	2022				
	Adições	Constituição do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo Final
Circulante	30	14	(40)	27	31
Não circulante	138	-	-	(27)	111
	<u>168</u>	<u>14</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>142</u>

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	16.584	3.992
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>345</u>	<u>-</u>
	<u>16.929</u>	<u>3.992</u>
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	<u>63</u>	<u>-</u>
	<u>63</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	1.581	541
Benefícios, gratificações e participações a pagar	6.813	966
Encargos sociais e previdenciários	1.672	625
Provisão para férias, encargos sociais e trabalhistas	<u>3.140</u>	<u>444</u>
	<u>13.206</u>	<u>2.576</u>
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	<u>411</u>	<u>202</u>
	<u>411</u>	<u>202</u>

15. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8757% (a)	2.584	1.321	Março de 2024	700.976	612.275 (b)
2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	2,0858% (a)	557	362	Abril de 2024	78.467	- (b)
				1.683		779.443	612.275
Não Circulante							
Debêntures						781.126	614.563
Custos de transação						(1.683)	(2.288)
						<u>779.443</u>	<u>612.275</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

(b) Fiança corporativa da CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2022</u>
2024	781.126
(-) Custo de transação	<u>(1.683)</u>
Total	<u><u>779.443</u></u>

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 935.705, composta por 935.705.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal

17. Receitas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas tarifárias	138.751	-
Receitas não tarifárias	56.236	-
Receitas de construção	24.570	745
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	<u>52</u>	<u>-</u>
Receita bruta	<u>219.609</u>	<u>745</u>
Impostos sobre receitas	(23.715)	-
Abatimentos	<u>(7.473)</u>	<u>-</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(31.188)</u>	<u>-</u>
Receita operacional	<u><u>188.421</u></u>	<u><u>745</u></u>

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(96.778)	(14.806)
Comissão de fianças partes relacionadas	(11.369)	-
Capitalização de custo dos empréstimos	1.555	-
Arrendamento	(14)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(3)	(5)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(332)	(102)
	<u>(106.941)</u>	<u>(14.913)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.935	5.987
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	275	-
Juros e outras receitas financeiras	1.233	-
	<u>14.443</u>	<u>5.987</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(92.498)</u>	<u>(8.926)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

	Nível	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	10	20
Aplicações financeiras	Nível 2	<u>124.150</u>	<u>71.794</u>
		<u>124.160</u>	<u>71.814</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		31.725	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		<u>95</u>	<u>99</u>
		<u>31.820</u>	<u>99</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures (a)		(779.443)	(612.275)
Fornecedores e outras contas a pagar		(20.052)	(3.992)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		<u>(15.736)</u>	<u>(888)</u>
		<u>(815.231)</u>	<u>(617.155)</u>
		<u>(659.251)</u>	<u>(545.242)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>
Debêntures (a)	781.126	794.697	614.563	637.049

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	781.126	(119.555)	(146.163)	(172.760)
Efeito sobre debêntures				
CDI ⁽²⁾	124.150	8.373	10.417	12.445
Efeito sobre aplicações financeiras				
Total do efeito de ganho / (perda)		<u>(111.182)</u>	<u>(135.746)</u>	<u>(160.315)</u>

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,65%	17,06%	20,47%
--------------------	--------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pelo BNDES;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compromisso de investimento	633.064	661.030

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2022</u>
Fornecedores	<u>(1.005)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.005)
Adições ao intangível	<u>1.005</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	1.005

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(612.275)	-	(612.275)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(70.390)	-	(70.390)
Pagamentos de principal e juros	-	40	40
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(70.390)</u>	<u>40</u>	<u>(70.350)</u>
Outras variações			
Juros sobre debêntures	(96.778)	-	(96.778)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(14)	(14)
Outras variações que não afetaram o caixa	-	(168)	(168)
Total das outras variações	<u>(96.778)</u>	<u>(182)</u>	<u>(96.960)</u>
Saldo Final	<u>(779.443)</u>	<u>(142)</u>	<u>(779.585)</u>

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente
Gustavo Marques do Canto Lopes	Membro efetivo
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fábio Russo Corrêa	Diretora Presidente
Miguel Dau	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0